

Estatística. Somente no Estado, entre janeiro e julho deste ano, houve 135 denúncias de abuso

Cresce número de casos de violência sexual contra crianças

Os dados aumentam, mas a estrutura de prevenção não atende à demanda na mesma proporção

CLAUDIA FELIZ
cfeliz@redgazeta.com.br

■ Entre maio de 2003 e julho de 2007, mais de 70 mil denúncias sobre violência contra crianças e adolescentes foram registrados no Brasil. Das diversas formas de violência, a sexual está entre as que mais crescem. Não por acaso, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia está em pleno funcionamento em Brasília.

Somente no Espírito Santo, entre janeiro e julho deste ano, houve 135 denúncias de abuso, e 86, de exploração sexual de menores de idade. Pornografia (3), violência física (188), violência psicológica (154) e tráfico de pessoas (1) também fazem parte da lista.

A violência aumenta, mas a estrutura de prevenção e atendimento não atende à demanda, na mesma proporção.

VARA

Tal afirmação pode ser constatada com a seguinte informação: em todo o Brasil, só existem varas especializadas em crimes contra crianças e adolescentes em

quatro Estados: Pernambuco, Ceará, Bahia e Amapá.

No Espírito Santo, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Frederico Pimentel, diz que já solicitou à sua assessoria um estudo sobre a possibilidade de criação de, pelo menos, uma vara especializada, em decorrência de pedidos que já lhe foram encaminhados por autoridades ligadas à área. Lembra, porém, que a medida implica na necessidade de mais servidores e juizes.

O juiz da Infância e da Juventude de Vitória, Paulo Luppi, a dirigente do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude do Ministério Público Estadual, Pa-

trícia Calmon Rangel, e o senador presidente da CPI da pedofilia, Magno Malta, estão entre os que reivindicam a criação da Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes no Estado, como forma de garantir maior índice de punição de abusadores e exploradores sexuais.

Sem uma vara especializada, os crimes são julgados em diferentes varas criminais, explica a socióloga Graça Gadelha, consultora da Partners of the Americas (Instituto Companheiros das Américas). Segundo ela, para suprir a carência, em alguns Estados processos recebem tarja de prioridade para terem celeridade na tramitação.

POLÍTICAS PÚBLICAS SÃO FRÁGEIS

Análise

GRAÇA GADELHA
Socióloga

■ “As violências demandam múltiplos encaminhamentos. A sexual exige maior nível de preparo técnico, sensibilização, humanização do atendimento. Em muitas cidades, a criança volta ao mesmo ambiente onde foi vítima, porque são poucos os espaços, as instituições capazes de absorver essa demanda, cada vez mais alta. A violência sexual aumenta cada vez mais, e, cada vez mais, em cidade pequenas. Pesquisa Nacional da Secretaria Especial de Direitos Humanos mostra graves deficiências dos conselhos tutelares, instâncias específicas de atendimento de casos de ameaça ou violação de direitos. Pelo ECA, cada município, no mínimo, deveria ter um conselho, e isso não acontece. E onde há, são poucos que têm um trabalho adequado, correspondente ao nível das violações. O conselho tem autoridade até para

requisitar serviços públicos, mas, se a cidade não dispõe de estrutura com profissionais capacitados, para evitar seqüelas irreversíveis, a situação se complica. Hoje, na trilha da violação, até a responsabilização do culpado, há uma série de falhas, dificuldades de o poder público assegurar proteção, tanto a vítimas quanto a agressores sexuais. Para eles, só em São Paulo e em Goiás, há serviço especializado, com acompanhamento psicoterapêutico. A visão da autoridade no Brasil cria elementos explicativos da violência sexual. Tem raízes. Direito de posse. Poder do adulto sobre a criança. É muito mais forte no Norte e Nordeste, abuso e exploração sexual. No Sudeste, há mais exploração sexual no Rio e em São Paulo, receptores das meninas e meninos que vêm do Norte e Nordeste, captura pelas redes, que utilizam a tecnologia - a rede de orkut, por exemplo. Há muita fragilidade no campo da política pública, e a sociedade está um pouco anestesiada, passiva.

Lei ainda não garante direitos dos jovens

■ O Espírito Santo tem 78 municípios, e 11 varas especializadas em Infância e Juventude. Em nível nacional, a proporção é bem menor: das 2.643 comarcas, só 92 (3,4%) possuem varas especializadas, o que corresponde a 438.896 habitantes para cada juiz. Os dados são resultado de um levantamento feito pela Associação Brasileira de Magistrados, promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP), e revelam que, 18 anos depois de aprovado, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ainda é grande a distância entre a lei e o que assegura a promoção do di-

reito de crianças e jovens, e a responsabilização de quem o viola.

No Estado há apenas um município com duas varas especiais: a Serra. Os demais, com apenas uma, são Vitória, Vila Velha, Cariacica, Linhares, Colatina, Cachoeiro de Itapemirim, Guarapari, Aracruz e São Mateus. Em Viana, a Vara da Infância e da Juventude funciona junto com a Criminal e do Juri. O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guilherme Pimentel, diz que pretende duplicar o número de varas especiais da Infância e da Juventude na Grande Vitória, mas lembra que necessita da ajuda das prefeituras.

6.800 processos em apenas três varas

■ Somente em três varas da Infância e da Juventude da Grande Vitória, duas, na Serra, e uma, na Capital, tramitam 6.800 processos. Os juizes Paulo Luppi, de Vitória, e Janete Pantaleão, da Serra, admitem que o volume é grande. É crescente, principalmente, na área criminal.

Na Vara da Infância e da Juventude mais antiga do Estado, a de Vitória, que comemora, neste ano, 70 anos, os atos infracionais, de julho de 2007 a julho deste ano, aumentaram 16%. Os de maior incidência são roubo, tráfico de drogas e

homicídio, segundo o juiz Paulo Luppi, responsável também pelos 710 internos mantidos em instituições para infratores.

Uma das juízas da Serra, Janete Pantaleão diz que criança, no Brasil, é prioridade absoluta só no plano teórico. Para a dirigente do Centro de Apoio da Criança e do Adolescente, do Ministério Público Estadual, Patrícia, admite que a violência é crescente e que a infância é “um nó” no Brasil. “A consequência de tudo o que não se faz, em favor de crianças e jovens, pode ser vista nas varas criminais”, diz ela.